

No Brasil, a produção de produtos agrícolas de exportação nesse período estava centrada no café. Foi essa economia cafeeira que criou condições e os requisitos técnicos, substrato social (base empresarial) e a infra-estrutura econômica que deram a base para o nosso processo de industrialização.

A transformação de uma economia primário-exportadora em economia industrial ocorreu em sua primeira fase entre 1929-1945, quando a crise da divisão internacional do trabalho abre um campo de oportunidade para industrialização das economias periféricas. Esse processo chamado de substituição de importações se iniciou pelas indústrias mais simples e com pouca exigência de tecnologia e capital.

A segunda fase desse processo compreendeu o período de 1945 a 1973. A reorganização da divisão internacional do trabalho sob a hegemonia dos EUA provocou a internacionalização dos mercados. O Brasil durante o Governo JK implementou o Plano de Metas e estimulou a entrada do capital internacional e das empresas multinacionais, subordinadas ao interesse do nosso desenvolvimento. Diretriz que logo será pouco a pouco abandonada.

A terceira fase que se iniciou em 1973 representou a crise do modelo brasileiro de substituição de importações. A implantação do II PND "Plano Nacional de Desenvolvimento" significou o último suspiro da industrialização brasileira.

O processo de industrialização que contribuiu de forma decisiva para a formação do nosso país como nação, articulando em um sistema, econômicas regiões que antes se vinculavam predominantemente com o exterior, sofreu uma paralisia dos centros internos de decisão e do Estado nacional com a crise da dívida externa.

Segundo Furtado, durante grande parte do processo de industrialização e até por volta de 1983, o Brasil conseguiu avançar no processo de consolidação da formação nacional. As taxas de crescimento, a nossa constituição espacial, a nossa cultura e outros fatores possibilitaram ao nosso país progredir e vencer vários desafios e dificuldades e ao mesmo tempo ir acumulando graves problemas sociais, regionais, etc. Dessa maneira, o modelo que começou a apresentar dificuldades a partir de 1973 sofre sua paralisia e interrupção por volta de 1983 na crise da dívida externa, quando o contexto internacional vem fechar o campo de ação para a nossa constituição como nação.

Diversos condicionantes externos e internos contribuíram para tal desenlace. No contexto externo, Furtado aponta o processo de transnacionalização e/ou internacionalização do capital, a crise do modelo criado em Breton Woods e a tentativa de constituição de uma nova ordem econômica internacional, além do esgotamento do paradigma tecnológico advindo da segunda revolução industrial e a conseqüente emergência

de um novo paradigma.

No que diz respeito aos condicionantes internos que contribuíram para a interrupção do processo de construção do Brasil como nação, Furtado indica que a crise da dívida externa brasileira fazendo com que a política econômica nacional ficasse subordinada aos interesses do capital internacional, para o pagamento dos serviços dessa dívida e a aceitação por parte de nossas autoridades das imposições impostas pelo Sistema Financeiro Internacional. Esses fatos fizeram com que nosso país se posicionasse novamente de forma subordinada na Divisão Internacional do Trabalho.

Esses acontecimentos determinaram a quebra da espinha dorsal do regime central de acumulação então vigente e o debilitamento dos centros internos de decisão, principalmente do Estado nacional. Ocorreu uma elevação de poder do Capital frente ao Estado, e ainda, se elevou o poder desse mesmo Capital frente ao trabalho e dos países desenvolvidos frente aos países subdesenvolvidos.

No Brasil presenciamos durante esta fase uma deterioração da nossa moeda e da base fiscal de sustentação do Estado, além de uma tendência:

- 1) ao recrudescimento da nossa heterogeneidade social e regional;
- 2) ao aumento da dependência financeira nacional;
- 3) ao agravamento a dependência tecnológica e cultural;
- 4) ao ressurgimento do neoliberalismo e a santificação do mercado, e
- 5) negação da vontade política da nação.

Dessa forma, os elementos externos e internos levaram a essa negação da vontade política nacional, com a deterioração dos centros internos econômicos de decisão e a redução no comando de excedente, que ficaram a mercê do contexto, dos organismos e empresas internacionais. Diante do processo de globalização debilitamos ainda mais autonomia nacional.

Finalizando, apresentamos o que Celso Furtado pensa a respeito do nosso modelo:

**"A característica mais significativa do modelo brasileiro é sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. Assim, a durabilidade do sistema baseia-se grandemente na capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter anti-social tende a estimular" ●**

Luiz Carlos Rodrigues Cruz "Puscas"\*\*\*

*"Pois a terra com certeza é obra da natureza,  
Que pertence a cada um.  
Se a terra foi Deus quem fez, se é obra da criação,  
Devia cada freguês ter seu pedaço de chão.  
Muita gente não combina esta verdade divina,  
Mas um julgamento eu faço e vejo que julgo bem,  
Se eu sou da terra também, onde é que tá meu pedaço?  
Esta terra é desmedida e devia ser comum,  
Devia ser repartida um taco prá cada um,  
Moede morar sossegado.  
Eu já tenho imaginado que abaixo o sertão e a terra  
Devia ser coisa nossa.  
Quem não trabalha na roça, que diabo é que quer com terra?"*

(Trecho de "A Terra é Naturá", de Patativa do Assaré, poeta popular nordestino)

O debate em torno da questão agrária no Brasil, vem sendo retomado com maior intensidade e despertando interesse entre os diversos segmentos da sociedade brasileira. Isto se deve, principalmente, ao agravamento da crise pela qual passa o País, em decorrência do modelo de desenvolvimento econômico exportador-concentrador, aqui posto em prática pelos governos pós-1964. Este modelo desenvolvimento vem desencadeando na zona rural brasileira uma evolução da concentração da posse e da propriedade da terra, ou para fins especulativos, ou para o cultivo em grandes plantações altamente modernizadas, de culturas de exportação, ou ainda, para implantação de projetos de plantio de cana que objetivem a produção de álcool, ou projetos de plantio de pastagens para criação de gado.

A política agrária implantada por esses governos vem provocando um processo de expulsão em massa dos trabalhadores rurais; aumentando, consideravelmente, as tensões sociais e os conflitos no meio rural, em torno da posse e da propriedade da terra. Por outro lado, nos centros urbanos aumenta o número de favelados; multiplica-se o desemprego e o sub-emprego e a violência urbana alcança níveis bem elevados.

Inúmeras são as correntes ideológicas que procuram interpretar a Questão Agrária no Brasil, e nesta questão mais ampla um aspecto se apresenta como dos mais polêmicos, o da **pequena exploração camponesa**<sup>1</sup>, principalmente, de qual seria a correlação existente entre esta e a exploração capitalista dominante. Entretanto, essas correntes, basicamente, se alicerçam teoricamente em duas teses clássicas. A primeira, é a

\* Samuel Costa Filho é professor do Departamento de Economia/UFPI. Doutorando do Instituto de Economia/UNICAMP.

# GRÁRIA: algumas reflexões teóricas\*

de que haveria um "modo de produção camponês", em que as pequenas unidades se auto-reproduziriam, funcionando como um sistema independente do modo de produção dominante; enquanto que a segunda, vê como tendência a extinção da pequena exploração, através da expropriação e proletarianização de seus membros. Vejamos de forma sucinta a primeira e de forma mais detalhada a segunda.

A primeira tese defende a existência de um campesinato permanente que resistiria a qualquer tentativa de superação. Sendo que este se reproduziria internamente com mecanismos próprios. No seio desse campesinato haveria um equilíbrio entre a unidade de consumo (a casa) e a unidade de produção (a roça), que permitiria a seus membros da unidade de trabalho familiar se reproduzirem. Os que defendem esta auto-reprodução camponesa, admitem a existência de um "modo de produção camponês", que não se articula e independe do modo de produção capitalista, não obedecendo às leis gerais do modo de produção dominante.

A segunda tese, parte da assertiva de que o desenvolvimento do capitalismo está assentado na divisão social do trabalho. Sendo que dentro do processo de expansão do capitalismo no campo é que se constata que o capital ao se apoderar da agricultura provoca transformações nas antigas formas de produção e gera a necessidade de aparecimento de novas formas, ainda que estas transformações se dêem de forma bastante lenta. E mais, que embora com leis próprias, na agricultura a pequena exploração tende a ser absorvida pela grande, à semelhança do que ocorre na indústria, no processo de desenvolvimento do capitalismo.

Num instante primeiro, com o surgimento da indústria urbana, quando a divisão social do trabalho nas unidades familiares produtoras da zona rural encontrava-se ainda num estágio inicial, é o desenvolvimento dessa indústria que vem, em princípio, desmantelar a indústria artesanal rural (*indústria doméstica*), pois a primeira passa a produzir ferramentas e instrumentos agrícolas que os camponeses necessitavam e não possuíam condições de produzir.

Com o estreitamento da relação campo-cidade e com a evolução tanto da indústria quanto do comércio, são geradas novas necessidades no homem do campo uma vez que a *indústria doméstica*, já ultrapassada pela indústria urbana, não conseguia mais atender. Principalmente, se considerarmos o aspecto concorrencial entre a *indústria doméstica* e a indústria urbana, veremos que o aumento da produtividade do trabalho nesta última permitia que ela vendesse suas mercadorias a preço mais baixo do que o custo de produção da primeira. Assim sendo, aquele camponês que an-

teriormente mantinha com o mercado apenas um leve contato, no sentido de levar seu excedente para aquisição de mercadorias que não produzia passa, agora, a intensificar sua articulação com o mercado, levando quantidades sempre maiores de sua produção, com o objetivo de adquirir quantidades maiores de dinheiro e, com essa disponibilidade financeira maior, adquirir um número sempre crescente de mercadorias que já não mais produzia. Constata-se aí, o processo de transformação da produção agrícola de subsistência em produção de mercadorias, tornando-se o camponês um "agricultor puro".

Com o desmantelamento da *indústria doméstica* e levando em conta o caráter de sazonalidade da agricultura, este camponês que anteriormente supria suas necessidades desenvolvendo atividades, parte do ano na agricultura, parte na sua pequena indústria, necessitará agora, além de trabalhar com maior intensidade a terra, exercer outra atividade por meio da venda de sua força de trabalho, isto é, tornando-se assalariado para preencher de forma substitutiva, o período em que anteriormente ele se ocupava da *indústria doméstica*. Como observa Kautsky, "ele enfrenta as suas necessidades de dinheiro vendendo não o excesso de seus produtos, mas o seu excesso de tempo." (Karl Kautsky, in: *A Questão Agrária*, 1981:187)

É importante ressaltar, que tendo em vista a necessidade que a unidade familiar camponesa tem em produzir sempre uma quantidade maior de produtos, com vistas a poder reproduzir sua força de trabalho, bem como, ao levarmos em consideração que a porção de terra que dispõe é fixa e insuficiente, alguns membros da família terão que se proletarianizar. Por outro lado, este mesmo camponês que foi forçado a ter alguns de seus membros da família proletarianizados (via de regra, os mais jovens), durante os picos de produção sentirá necessidade de assalariar outros trabalhadores rurais. Ou seja, se num momento o camponês é forçado a se assalariar, noutro, ele se vê na contingência de ter assalariados.

Numa etapa seguinte da expansão do capitalismo no campo, o camponês entra numa fase de empobrecimento contínuo, de forma tal que retirada de sua produção a parte que obrigatoriamente comercializa, o que sobra para autoconsumo só consegue reproduzir em condições subumanas a força de trabalho da unidade familiar. Este fato se dá, principalmente, quando da intervenção do Estado na agricultura, através de órgãos de pesquisa, de assistência técnica, de extensão rural e de crédito, pressiona o camponês com vistas a adquirir insumos e implementos agrícolas (muitos deles desnecessários, e outro tanto incompatível com a pequena exploração) sob a máscara de "moder-

nizar a agricultura", quando na realidade visa a atender os interesses do grande capital industrial. Ao mesmo tempo, pelo maior distanciamento desse camponês do mercado consumidor, faz com que suas mercadorias sejam vendidas abaixo do valor, sendo que seu *sobretabalho*, em primeira instância, seja apropriado pelo capital comercial.

Ora, o camponês ao procurar dispor de um lote de terra busca, unicamente, produzir para a sua sobrevivência; sendo que onde predomina o modo de produção capitalista fica descartada a hipótese de lucro e de apropriação da renda fundiária. No entanto, a adoção de novas técnicas, impostas principalmente através da ação do Estado, determina que ele passe a depender do capital financeiro, hipotecando sua terra.

O camponês proprietário ao passar por todas essas fases descritas, vê chegar até a fase de hipoteca de seu pequeno lote de terra, e a tendência é se tornar inadimplente, tendo, portanto, que se desfazer de sua terra, e dessa forma proletarianizar-se.

Esse processo de proletarianização dos camponeses sofre fluxos e refluxos, dentro do modo de exploração capitalista, pois os próprios capitalistas e o Estado procuram, de forma contraditória ao desenvolvimento do capitalismo, num momento evoluir para um estágio de alta concentração da propriedade da terra, e noutro, fragmentar a propriedade privada da terra, daí Karl Marx afirmar que "A agricultura deve passar indefinidamente da concentração à subdivisão e inversamente, enquanto subsistir a organização da sociedade burguesa." (Citado por Kautsky, 1981:185) E, quando há uma recriação da pequena propriedade é com o intuito de repor à disposição do grande proprietário uma força de trabalho disponível a qual havia sido expulsa e se proletarianizada, anteriormente no processo de concentração da propriedade territorial.

<sup>1</sup> Consideramos *pequena exploração camponesa* aquela baseada no trabalho dos membros da família, e que só eventualmente emprega trabalho assalariado, ou tem seus membros ocasionalmente que venderem sua força de trabalho, a fim de complementar suas rendas, sendo que o seu relacionamento com o mercado é feito pela venda do "excedente" produzido, de forma a permitir que satisfaça outras necessidades.

\*Texto extraído da monografia: "Notas Exploratórias sobre a Pequena Exploração Camponesa na Região de Picos-Piauí", Campina Grande, 1982.

\*\* Luiz Carlos Rodrigues Cruz "Puscas" é professor adjunto e Coordenador do Curso de Economia da UFPI